



Associação Portuguesa de Engenharia Zootécnica

ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA	
Divisão de Apoio às Comissões	
CAM	
Nº Único	551172
Entrada / nº	157
Data	24.05.2016

*Atuar a recepção, distribuição
e agendas.*

24/05/2016

Exmo Senhor

Presidente da Comissão Parlamentar de Agricultura da Assembleia da República

Joaquim Barreto

A APEZ é uma associação sem fins lucrativos e foi criada em 1986 por um conjunto de Engenheiros Zootécnicos que quiseram afirmar a profissão, nomeadamente através de realizações de carácter científico, como o "Congresso de Zootecnia" e a publicação da "Revista Portuguesa de Zootecnia". Ao longo dos anos as realizações de carácter técnico e científico foram aumentando e especializando-se, trabalhando temáticas muito diversas na área da produção animal e do agro-alimentar.

A associação tem carácter nacional e possui, essencialmente, sócios com formação superior – licenciatura, mestrado e doutoramento – na área da Engenharia Zootécnica.

Consideramos haver a necessidade urgente de resolver um conjunto de problemas que afectam o sector pecuário do país e que terão impacto não apenas na produção, mas também nas empresas a montante – fornecedoras de factores e serviços à produção – e a juzante ligadas ao abate, processamento, transformação e comercialização de produtos de origem animal.

A enorme crise que atravessam o sector leiteiro e a suinicultura, mas também a cunicultura, a bovinicultura de carne, os produtores de raças autóctones, entre outros, levarão a um decréscimo ainda maior do nosso grau de autoaprovisionamento. A dimensão do sector produtivo, a necessidade de associação na oferta, sobretudo, uma negociação mais justa e equitativa ao longo da cadeia de valor, uma verdadeira integração de todos os elos, para que o sector seja verdadeiramente forte, são aspectos a necessitar de atenção.

O envelhecimento dos agricultores e a falta de rejuvenescimento com pessoas com formação na área impedirão não apenas o progresso tecnológico, absolutamente essencial, mas também a viabilidade das empresas. O tão propalado retorno à agricultura aporta, de facto, gente nova, com novas ideias, mas em número ainda insuficiente e, sobretudo, sem formação na área, nem sequer já com o conhecimento empírico da agricultura e dos seus processos.

A falta de adesão dos jovens portugueses aos cursos superiores da área agrária são um sinal preocupante sobre o futuro. É preciso dignificar esta actividade e dessa forma torná-la uma aposta profissional séria para os actuais jovens. Olhar a rede de oferta de formação na área e a estrutura dos cursos oferecidos será um contributo vital.

O nível de conhecimentos e a evolução tão rápida do saber não se coadunam com qualquer amadorismo. Os agricultores não podem mais ser os que “ficam na terra”. São antes jovens dedicados a uma tarefa desafiante, muito difícil, porque trabalham com seres vivos e alimentam a humanidade.

O interior do país, o interior Centro e Norte do país têm de ter uma função. Não podemos esquecer esses territórios. Mas, a agricultura actual e a produção animal em particular não se coadunam já com uma estrutura fundiária pulverizada, como aquela que possuímos.

Há jovens com formação superior na área e com elevado potencial que querem ser agricultores. As suas candidaturas a financiamento não são objecto de qualquer discriminação positiva. A possibilidade de acederem a terras de cultivo continua, de facto, a ser proibitiva, a inviabilizar qualquer empresa e, no entanto, o território está ao abandono.

Se queremos verdadeiramente viabilizar o interior então devem ser desenhados programas específicos, concretos, reais, com metas, calendarização e avaliação claramente definidas. Já quase não há produção de leite em Trás-os-Montes, as ovelhas e cabras serão em breve animais em “risco de extinção”, a produção de coelhos que tem lugar sobretudo em Trás-os-Montes irá desaparecer. A indústria de transformação de carne de porco tem grande expressão na área de V. Nova de Famalicão, mas não há produção de porcos no Norte de Portugal. A produção de carne de bovino de superior qualidade, baseada em raças autóctones e em sistemas de produção menos intensivos, aparenta não ter viabilidade no Norte de Portugal.

Acreditamos nas nossas ideias, e temos algumas. Acreditamos na necessidade imperiosa de o país não abdicar do seu sector pecuário. Acreditamos que há limites mínimos para a produção alimentar como pressuposto de garantia da nossa independência. Acreditamos que os nossos jovens podem ser agricultores, mas temos de lhes proporcionar realização profissional e financeira e uma vida socialmente digna. Acreditamos que os riscos e o valor gerado nas várias fileiras podem e devem ser melhor distribuídos.

Assim, vimos junto de V. Ex. colocar-nos à vossa disposição para, nos diferentes sectores da produção pecuária e agro-alimentar de origem animal e nos sectores conexos a montante e a juzante, colaborar na apresentação de propostas e na busca de melhores soluções, por uma agricultura e pecuária verdadeiramente viáveis.

Solicitamos pois, por intermédio de V. Exa., uma audiência à Comissão Parlamentar de Agricultura para que possamos apresentar de forma mais detalhada as nossas preocupações e propostas.

Com os mais respeitosos cumprimentos.

Divanildo Outor Monteiro

(Presidente da Direcção Nacional)

